



Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **33491**

Classificação ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**05/04/02**

Data **09/12/17**

Número



REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)

PERGUNTA Número 712 /XI ( 1 .ª)

Expeça-se
Publique-se
18/12/2009
Q Secretário da Mesa <i>Alcarriz</i>

**Assunto: Obras na Escola Secundária com 2º e 3º Ciclos Gil Vicente, no concelho de Lisboa**

**Destinatário: Ministério da Educação**

*Por determinação de S.E. da A.R. a  
Sra. Secretária da Mesa*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

**09.12.18**  
*[Signature]*

A Escola Secundária com 2º e 3º Ciclos Gil Vicente, no concelho de Lisboa, inaugurada em 1949, está rodeada pelo Convento de São Vicente, Panteão Nacional, Muralha Fernandina, num enquadramento notável com vista do rio Tejo, tendo sido construída em materiais duráveis como alvenaria, pedra e tijolo e dotada de uma grande extensão de árvores.

No âmbito do “Programa de Modernização do Parque Escolar”, implementado pelo Governo, a Escola Secundária Gil Vicente foi submetida a um conjunto de obras, cuja execução, por parte da empresa criada pelo Ministério da Educação para o efeito – Parque Escolar – tem sido alvo de duras críticas por parte da comunidade escolar. A intervenção teve início em Julho de 2008, porém somente no princípio de Outubro passado parte da obra foi colocada ao serviço da escola, momento que o fracasso do objectivo do Programa em dotá-la de modernidade e durabilidade se tornou evidente.

Recentemente foi divulgado um vídeo retratando algumas das situações descritas – que pode ser consultado em <http://videos.publico.pt/Default.aspx?Id=f2998b8f-7ccd-4e8c-8091-5298583e6011> – onde a gravidade das condições em que alunos, professores e pessoal não docente estão sujeitos diariamente na Escola Secundária Gil Vicente está patente, de modo flagrante, a que urge responder.

Num parecer, datado 6 de Novembro de 2009, assinado pelo Director da Escola, Presidente do Conselho Geral Transitório, Associação de Pais e Encarregados de Educação e Associação de Estudantes, são reveladas as condições de degradação em que o novo espaço se encontra, nomeadamente entrada de água em diversos pontos, o abatimento de um tecto, pisos destruídos pelo uso, portas e armários empenados e paredes deterioradas. A escola, «ao invés

*de duradoura, é efémera e rapidamente degradável», configurando uma situação que compromete o próprio Projecto Educativo da Escola Secundária Gil Vicente.*

No parecer em causa é referido que o projecto *«desrespeitou inteiramente a traça anterior da escola (...) ao contrário do que foi feito noutras escolas (Filipa de Lencastre)»,* a que acresce a utilização de materiais como *«aglomerados de madeira, pladur, plásticos, resinas, etc.»*, numa escolha que *«não obedeceu a critérios de qualidade, resistência e durabilidade»,* resultando *«um edifício de pior qualidade do que o anterior e inadequado às suas funções».*


Naquele parecer é ainda explicitado que as obras não receberam qualquer acompanhamento por parte de técnicos da tutela, no sentido da supervisão dos trabalhos, por parte do Ministério da Educação, e da adopção, em conjunto com a comunidade escolar, das medidas necessárias.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação de degradação das condições da Escola Secundária com 2º e 3º Ciclos Gil Vicente, no concelho de Lisboa?
2. Em que moldes foi estabelecida a necessária articulação entre o Governo, a empresa Parque Escolar e a comunidade escolar daquela escola?
3. Como justifica o Governo que a intervenção numa escola pública não tenha merecido qualquer acompanhamento no terreno por parte de um técnico do Ministério da Educação ?
4. Que critérios motivaram a escolha dos materiais utilizados pela empresa Parque Escolar, que não só desconfiguram a traça do edifício construído em 1949, como ainda surgem como inadequados para o uso intensivo implícito numa escola?
5. Que medidas objectivas e imediatas pretende o Governo desenvolver no sentido de responder aos problemas retratados?

Palácio de São Bento, 17 de Dezembro de 2009.

A Deputada



Ana Drago